



Título: Um estudo sobre os livros I e II da *Ética a Nicômaco*

Bolsista: Vinícius Santana Cerqueira (RA 225499)

Orientador: Prof. Dr. Lucas Angioni

OBJETIVOS DO PROJETO

O objetivo deste trabalho de iniciação científica é estudar os livros I e II da *Ética a Nicômaco* (*EN*, doravante). Meu foco consiste em atingir um mapeamento minimamente razoável dos principais argumentos fornecidos por Aristóteles sobre a definição da *eudaimonia*, assim como um entendimento satisfatório de sua relação com a *virtude do caráter*, que é melhor desenvolvida em *EN* II. Para explicitar tal relação, meu objetivo é mostrar como as ações virtuosas se conectam à *eudaimonia*; em outras palavras, mostro como as ações virtuosas são constituintes da *eudaimonia*.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Em *EN*, Aristóteles realiza diversas investigações ao longo dos dez livros que compõem a obra, sendo objeto de investigação alguns conceitos como amizade, justiça, *virtude* e *eudaimonia* (ou *fim último/sumo bem*). Meu objetivo, como já dito anteriormente, consiste em mostrar como ações genuinamente virtuosas estão ligadas à *eudaimonia*. Realizando essa tarefa, torna-se explícito qual a relação existente entre *eudaimonia* e *virtude* – mais especificamente, *virtude do caráter*.

Entretanto, antes de aprofundar-nos em tal relação, é imprescindível um entendimento minimamente razoável da noção de *eudaimonia* (tradicionalmente traduzida como “felicidade”). Para tanto, em um primeiro momento, reconstruo a argumentação aristotélica sobre a *hierarquia dos fins*, a

fim de localizar a *eudaimonia* em tal estrutura. Após isso, analiso brevemente as características que Aristóteles fornece sobre a *eudaimonia* no início de I.7. Depois, analiso o argumento do *ergon* (“função” ou “atividade própria”) e a noção geral de *virtude* que emerge após a conclusão do argumento. Por fim, mostro como a *eudaimonia* se conecta às ações virtuosas.

Cabe dizer que, por se tratar de uma pesquisa em História da Filosofia Antiga a nível IC, ofereço uma interpretação a respeito do texto aristotélico. No entanto, não pretendo solucionar todos os problemas levantados: alguns mereceram mais destaque ao longo da pesquisa, dado o objetivo inicial. Ainda assim, defendo uma interpretação do texto com base na leitura de alguns comentadores¹, que cumprem função em explicitar determinados movimentos argumentativos de Aristóteles.

RESULTADOS OBTIDOS

Em *EN* I.1, Aristóteles estabelece uma hierarquia dos fins, na qual alguns fins são mais excelentes e desejados do que outros e, por conseguinte, encontram-se na hierarquia em uma posição mais elevada do que outros. Os fins a que outros fins se subordinam – i.e. aqueles que se encontram em uma posição mais elevada na estrutura teleológica – são mais desejados do que os fins subordinados, pois os últimos só são realizados tendo em vista os primeiros². Por conseguinte, segundo Aristóteles, há um fim último que é mais desejado do que todos os outros fins, de modo que todas as nossas ações são feitas visando este fim, o qual Aristóteles denomina como *sumo bem*³. O sumo

¹ Dentre os comentadores utilizados durante o período de pesquisa, cabe citar os que receberão mais atenção: Priscilla Spinelli, John Ackrill, João Hobbuss, W.F.R. Hardie e Marco Zingano.

² Cf. *EN* 1094a1-15.

³ Cf. *EN* 1094a20.

bem é o bem mais excelente, visto que é desejado por si mesmo, e não por algum resultado que se possa obter através dele. Portanto, segundo Aristóteles, sempre haverá uma resposta para a pergunta do por quê um certo fulano faz o que faz, de modo que o fulano faz o que faz por que visa, em última instância, o *sumo bem*, isto é, todas as suas ações são feitas tendo-o em vista.

Segundo alguns comentadores (por exemplo, John Ackrill), Aristóteles, ao apresentar seu argumento sobre o fim último em I.2, teria cometido uma falácia, isto é, a conclusão não se segue necessariamente das premissas. Nesta interpretação, Aristóteles afirma que “toda ação visa a um fim” e, a partir daí, conclui que “existe um fim a que toda ação visa”. Proponho que, à luz das considerações metodológicas feitas em I.3, não é razoável supor que Aristóteles visa provar a existência do fim último *somente* por meio do argumento em I.2. Além disso, se considerarmos uma concepção *inclusiva* do fim último, segundo a qual ele é considerado como uma reunião de fins, conseguimos contornar o problema.

A hierarquia dos fins permite que Aristóteles reconheça características fundamentais do fim último: (i) ele é desejado por si mesmo; (ii) tudo o mais que é desejado, é desejado por ele; e, por fim, (iii) o fim último não pode ser desejado por algum efeito, visto que ele se encontra no topo da hierarquia.

As três propriedades permitem que Aristóteles, em I.4, identifique o *fim último* com a *eudaimonia*. Além do mais, tanto o vulgo quanto os homens mais cultos concordam que ela deva ser o fim último e identificam o bem viver e o *bem agir* com o *ser eudaimon*.⁴ Entretanto, existe uma discordância no que diz

⁴ Cf. EN 1095a15-20.

respeito ao conteúdo da *eudaimonia*, ou seja, ao que ela é. Assim, o vulgo e os homens cultos associam diferentes coisas à ela. Faz-se necessário, então, uma análise dos modos de vida candidatos à *eudaimonia*, tarefa esta que Aristóteles realiza em I.5.

Cabe dizer que o termo *eudaimonia*, que eu opto por somente transliterá-lo, é tradicionalmente traduzida como “felicidade”, a qual pode ser descrita, em linhas gerais, como um estado psicológico subjetivo momentâneo. No entanto, o que Aristóteles tem em mente é algo mais permanente e longo, sendo preciso analisar um certo período de vida de um fulano para atribuí-lo *seguramente* ao predicado de *eudaimon*.

Mais adiante no texto, mais precisamente em I.7, após dizer que a *eudaimonia* é (a) o bem mais completo (vide propriedade (i) descrita acima), (b) autossuficiente e que (c) não é contada entre os outros bens, Aristóteles utiliza-se do argumento do *ergon*⁵ (“função” ou “atividade própria”) para fornecer uma definição mais elucidativa de *eudaimonia*. Segundo Aristóteles: “o bem do homem nos aparece como uma *atividade da alma em consonância com a virtude*, e, se há mais de uma virtude, *com a melhor e mais completa*”⁶. Portanto, torna-se evidente que a noção de *virtude*, que emerge a partir do argumento do *ergon* tem forte relação com a *eudaimonia*, de modo que torna-se necessário uma investigação a seu respeito.

Após distinguir as virtudes (1) do caráter das (2) do intelecto, Aristóteles nos diz que (1) surge em nós a partir do *hábito*, ou seja, através da *prática*. Assim como ocorre nas artes, a prática é fundamental: da mesma forma que

⁵ Cf. EN 1097b1-20.

⁶ EN 1098a15.

aprendemos a tocar violão tocando violão, aprendemos a ser virtuosos agindo virtuosamente, a ser nobres agindo nobremente, etc.

Mas o que significa exatamente afirmar que nos tornamos virtuosos praticando atos virtuosos? Se praticamos atos virtuosos, já não somos virtuosos? Tendo essas perguntas em mente, Aristóteles elenca, em II.4, as condições para caracterizarmos um ato como *genuinamente* virtuoso: “[...]em primeiro lugar (i) deve ter conhecimento do que faz; em segundo, (ii) deve *escolher* os atos, e escolhê-los por eles mesmos; e em terceiro, (iii) sua ação deve proceder de um caráter firme e imutável.”

Tais condições geraram debates calorosos entre os comentadores, de modo que não tento esgotar as possíveis soluções para os problemas interpretativos na passagem em questão. No entanto, à luz de algumas considerações, ofereço uma interpretação que tenta evidenciar como as ações virtuosas *constituem a eudaimonia*.